

# CORREIO PAULISTANO

Wilson Dias/Agência Brasil



Decisão do Prefeito da capital tem caráter preventivo

## Nunes afasta gerente da SPTuris após denúncia

O prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB) determinou o afastamento de um gerente da SPTuris após a divulgação de denúncias sobre uma suposta ligação do servidor com o Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama, também associada à produção do filme Dark Horse. A decisão foi anunciada nesta terça-feira (10) e ocorre em meio ao avanço de investigações sobre contratos firmados entre a entidade e a Prefeitura de São Paulo. Segundo a administração municipal, o afastamento tem caráter preventivo e busca garantir a apuração dos fatos. O servidor ocupava cargo de gestão na empresa municipal responsável por turismo e eventos.

## Governo Federal prorroga Enem em SP

Os interessados em fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 em São Paulo têm mais tempo para garantir participação no exame. As inscrições foram prorrogadas até a próxima sexta-feira, 12 de junho, e devem ser realizadas na Página do Participante na internet. A ampliação do prazo foi anunciada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Abertura dos trabalhos foi de Senival Moura (PT)

## Comissão do Idoso debate verbas

A Comissão do Idoso e de Assistência Social da Câmara de SP ouviu representantes das secretarias municipais para esclarecer o remanejamento de recursos inicialmente destinados a programas esportivos voltados à população idosa. Durante a reunião, parlamentares solicitaram informações sobre a redução de valores previstos para ações de incentivo à prática esportiva para pessoas com mais de 60 anos. Integrantes da Prefeitura de São Paulo apresentaram dados sobre a execução orçamentária e os programas em andamento.

## Cônsul-geral de Portugal em SP

A Câmara de São Paulo concedeu o Título de Cidadão Paulistano ao cônsul-geral de Portugal na capital paulista, António Pedro Rodrigues da Silva. A honraria foi entregue pela vereadora Luna Zarattini (PT), que presidiu a Sessão Solene. Nascido em Lisboa em 5 de novembro de 1965, António Silva assumiu o consulado-geral de Portugal em São Paulo em 16 de janeiro de 2023.

## Prefeitura I

A Prefeitura de São Paulo apresentou recurso ao Conselho Superior do Ministério Público para contestar regras estabelecidas para a realização de megashows na Avenida Paulista. Entre os pontos questionados está a exigência de que os eventos ocorram sem qualquer custo para os cofres públicos.

## Prefeitura II

A Prefeitura argumenta que ações como operação de trânsito fazem parte das atribuições do poder público e não poderiam ser totalmente vedadas. O município também contesta condicionantes incluídas na revisão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que regula grandes eventos na Avenida.

## Avenida Paulista

A Avenida Paulista vai ganhar um novo centro cultural com 14 andares acessíveis ao público e teatro para mais de 400 pessoas. O projeto integra a nova sede do Itaú Cultural, prevista para inaugurar em 2031, ao lado da Fiesp. A construção ocupará um terreno adquirido em 2025 com mais de 12 mil m².

## Bandeirinhas I

Com a chegada da Copa do Mundo de Futebol Masculino, a Prefeitura de São Paulo publicou nesta quarta-feira (10) uma portaria que permite a utilização de bandeiras do Brasil, adesivos e outros materiais referentes à Copa do Mundo FIFA 2026 nos veículos das modalidades Táxi, Escolar, Carga, Frete, Motofrete e, também, Fretamento.

## Bandeirinhas II

Esses itens poderão ser instalados nos veículos durante a Copa, entre 11 de junho e 19 de julho de 2026, desde que sejam obedecidas as normas de tamanho e não possuam publicidade. No caso de descumprimento, o infrator estará sujeito à multa de R\$ 59,08. Em caso de reincidência, a multa dobra.

## Despedida

Em nota, a Câmara Municipal de São Paulo e os seus 55 vereadores lamentaram profundamente a perda do secretário de Planejamento Clodoaldo Pelizzoni, funcionário público exemplar e dedicado. Neste momento de profunda dor, a Câmara prestou solidariedade aos familiares e amigos.



Participantes defenderam utilização de imóveis ociosos

# Audiência Pública sobre apoio ao povo de rua

## Manifesto reúne demandas por habitação, renda e proteção

Da Redação

A audiência pública realizada na Câmara de SP reuniu representantes de movimentos sociais, entidades da sociedade civil e pessoas em situação de rua para discutir políticas públicas voltadas a esse segmento da população. Durante o encontro, foi apresentado um manifesto com reivindicações para moradia, além de geração de renda, acesso a direitos e combate à violência.

Entre os principais pontos do documento está a ampliação de políticas habitacionais permanentes para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os participantes defenderam a utilização de imóveis ociosos para programas de moradia e pediram medidas que ampliem o acesso à habitação como alternativa ao acolhimento temporário. A reivindicação ocorre em meio ao debate sobre estratégias para enfrentar o crescimento da população em situação de rua na capital paulista.

O manifesto solicita a manutenção de serviços de atendimento até que sejam apresentadas soluções definitivas de moradia para os usuários. Segundo os movimentos, mudanças na rede de assistência devem ocorrer de forma articulada com outras políticas públicas, de modo a evitar descontinuidade no atendimento às pessoas vulneráveis.

Outro tema abordado foi a inclusão produtiva. Os representantes dos movimentos cobraram o cumprimento da reserva mínima de vagas para contratação de pessoas

em situação de rua em contratos e parcerias firmados pela Prefeitura, como previsto em regra da cidade. A proposta quer ampliar oportunidades de trabalho e geração de renda.

As discussões também destacaram a necessidade de ações específicas voltadas às mulheres em situação de rua. O documento apresentado defende políticas de acolhimento e proteção para vítimas de violência, além da ampliação do acesso aos mecanismos previstos na legislação contra a violência doméstica.

Durante a audiência, participantes relataram dificuldades relacionadas ao acesso à moradia, ao mercado de trabalho e aos serviços públicos. Os representantes defenderam uma atuação integrada entre as áreas de assistência social, habitação, saúde e direitos humanos para garantir respostas mais efetivas às demandas da população em situação de rua.

A discussão ocorre em um contexto de fortalecimento do debate sobre políticas públicas para esse grupo social. A legislação municipal prevê ações específicas para a população em situação de rua e estabelece diretrizes para articulação entre diferentes órgãos da administração pública. Além disso, estruturas como o Comitê PopRua e a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua têm a função de promover o diálogo entre governo e sociedade civil.

As propostas apresentadas na audiência deverão ser encaminhadas aos órgãos competentes e poderão subsidiar futuras discussões.